

RESENHA

Robert M. LEVINE. *O sertão prometido: o massacre de Canudos no Nordeste Brasileiro, 1893*. Tradução Mônica Dantas. SP: EDUSP, 1995, 392 p.

O transcurso do I Centenário da destruição de Belo Monte/Canudos reacende o debate que se prolonga desde o período de instalação da República, quando, por razões reiteradamente discutidas de lá para cá, o Exército brasileiro moveu sucessivas expedições contra o arraial liderado por Antônio Conselheiro, nos confins do sertão da Bahia. Fanáticos religiosos ou despossuídos em busca de soluções em face da situação de miséria social vivenciada pelas populações do interior do país? A questão perpassa as diferentes abordagens deste evento crucial da história nacional, e para ela o livro do historiador norte-americano Robert Levine, *O Sertão prometido: o massacre de Canudos*, propõe-se a oferecer alternativas de resposta.

A obra revela-nos os resultados de investigação minuciosa, fartamente documentada, amparada em reflexões propriamente históricas, mas também de cunho antropológico e sociológico. O autor consultou arquivos de instituições universitárias, eclesiásticas, e mesmo arquivos particulares, levantando riquíssima documentação primária a respeito dos episódios e circunstâncias inerentes ao drama social expresso no movimento conselheirista. Sob o ponto de vista teórico, valeu-se de trabalhos de outros brasilianistas antes envolvidos com os temas do Nordeste, além de demonstrar amplo domínio de trabalhos referentes seja a Canudos, seja aos aspectos da religiosidade popular no Brasil.

A originalidade de *O sertão prometido* reside na proposta de interpretação do movimento conselheirista, sobretudo na ênfase em seus aspectos milenaristas. Ampliando as reflexões que Ralph della Cava apresentara décadas atrás para o fenômeno político-religioso inerente à figura carismática do Padre Cícero de Juazeiro, Levine dedica atenção especial ao quadro sócio-religioso do interior do Nordeste, levantando hipóteses de trabalho interessantes e apresentando argumentos fecundos. Ao contrário de Marco Antônio Villa, outro pesquisador recente da saga conselheirista, cuja atenção volta-se com maior insistência para o ângulo político do movimento e suas repercussões sociais, e

em que os elementos de cunho religioso não merece o mesmo destaque¹, neste caso os problemas atinentes à religiosidade popular nordestina e brasileira estão em primeiro plano. Para o autor, a tragédia protagonizada pelo Conselheiro e seus adeptos não deve ser considerada fato isolado, devendo pelo contrário ser inserida na cadeia de movimentos sociais milenaristas ocorridos no decurso dos séculos, e que acompanha nossa trajetória enquanto nação.

Nesta perspectiva, o investigador norte-americano estrutura a sua obra estabelecendo inicialmente o quadro interpretativo tradicional no qual repousam as concepções em torno do movimento sertanejo, verificando o fosso profundo que separava o país urbano e moderno -em que surgiram os representantes da elite intelectual que se propôs a explicar a guerra- do sertão desconhecido e pouco integrado na nova ordem social que se esboçava no Brasil *fin de siècle*, denominando o modo de conceber canudos como a "visão do litoral"(Cap.1). Em seguida, empreende análise densa e profunda do mundo rural baiano, fornecendo informações preciosas a respeito dos problemas demográficos, da estrutura fundiária, da crise rural então vivenciada nas áreas pobres distantes da capital, das formas de poder alicerçadas no patrimonialismo, evidenciando a situação de miséria e abandono dos contingentes de pobres do campo, assim como os vínculos que ligavam esta mesma massa desvalida aos códigos culturais embasados na tradição católica sertaneja, resultante de sucessivos processos de sincretismo e aculturação(Cap. 2).

A atenção do autor concentra-se a partir daí na figura carismática de Antônio Vicente Mendes Maciel, sua biografia, pregação e atuação junto às comunidades caboclas. Levine aponta -e este parece-nos um dos grandes méritos de seu estudo- a relação ambígua do pregador popular com a Igreja, demonstrando a simpatia e proteção que o mesmo recebeu de certos padres nacionais, bem como a progressiva interferência e perseguição que sofreu por parte do alto escalão eclesiástico, na época (+1880-1897) promotor das reformas propostas pelo Vaticano, em virtude do que se convencionou chamar "romanização" do clero brasileiro. Antônio Conselheiro, neste sentido, não seria um caso à parte nos sertões, integrando-se na verdade numa trama bem mais complexa de disputa pelo monopólio do sagrado, em que outras figuras de "beatos", "conselheiros" e salvadores populares perdiam espaço em razão do avanço e exclusivismo de um episcopado até então pouco eficiente quanto à assistência espiritual e cioso de seu lugar no momento em que dava o processo gradual de separação entre a Igreja e o Estado(Cap. 3).

O estabelecimento do contexto histórico em que se deu a fundação e a destruição do arraial de Belo Monte/Canudos(1893-1897) é realizado com precisão. O historiador verifica a atuação política das elites baianas no que respeita à comunidade, delimita a composição social dos integrantes da cidade

cabocla, os fatos que desencadearam e alimentaram o conflito armado (Cap. 4). Na parte final da obra, propõe interpretação da visão teológica do líder espiritual sertanejo, assim como os possíveis motivos da ampla aceitação de suas idéias por parte dos simpatizantes, adeptos e seguidores (Cap. 5). Opta pela hipótese de que em ambos os casos estas estariam amparadas nas tradições ancestrais do catolicismo gestadas no mundo rural brasileiro.

A demonstração desta hipótese, exposta no longo capítulo conclusivo, baseia-se na apresentação de um conjunto de fenômenos correlatos a Canudos, ocorridos de Norte a Sul do país, fenômenos classificados via de regra como messiânicos e/ou milenaristas. Levine tece considerações em torno dos movimentos ditos sebastianistas, ocorridos em Pernambuco nas três primeiras décadas do século XIX (Rodeador e Pedra Bonita); a Cabanada; o movimento "Mucker" no Rio Grande do Sul; o fenômeno de Juazeiro, no Ceará; o movimento de Contestado, em Santa Catarina; a comunidade cearense do Caldeirão e da Fazenda Pau de Colher; o movimento de Panelas, em Pernambuco. Comparando-os com Canudos, procura extrair semelhanças gerais, vinculadas à visão de mundo dos sertanejos, contrastando-as com as mudanças estruturais ocorridas nas áreas centrais do litoral.

Como se pode notar, *O sertão prometido* é obra de grande fôlego, construída e desenvolvida com rara erudição. O texto, todavia, nem sempre é claro, e certas passagens exigem atenção e paciência por parte do leitor, até serem decodificadas. Há certas questões pontuais, além do mais, que nos parecem abertas para discussão.

A busca de explicações abrangentes por vezes acarreta problemas, prejudicando a objetividade histórica da obra. Tomemos como exemplo o estudo de Janaína Amado a respeito da revolta dos "Mucker", que chega a servir de base para a exemplificação da opressão secular dos proprietários rurais sobre os pobres das regiões rurais do Brasil (p. 79), quando na realidade suas pesquisas incidem nos problemas de aculturação e nas rápidas mudanças operadas em área de colonização alemã na segunda metade do século XIX. Vale mencionar, além disso, alguns equívocos quanto ao fenômeno sócio-religioso ocorrido em Ferrabraz. Os adeptos são qualificados de anabatistas, sem maiores explicações sobre as aproximações possíveis entre a seita protestante do século XVI e os colonos teuto-brasileiros do século XIX, e em determinado trecho o nome do líder do movimento é assinalado como sendo o "Alemão Mucker" (p. 308).

Páginas adiante, segue-se a indicação correta do casal Maurer, porém, em outro lapso, Jacobina e João Jorge são destacados como "monarquistas", no que se identificariam com Antônio Conselheiro (p. 311). A conotação política do "monarquismo", válida para o líder nordestino após 1889, só com ressalvas pode ser aplicada ao casal de colonos de São Leopoldo, uma vez que, por

ocasião do movimento “Mucker”, ocorrido na década de 1870, a monarquia era o regime vigente. Os Maurer estariam mais próximos do líder espiritual de Canudos caso fossem “republicanos”! No afã de encontrar paralelos significativos e similaridades globais no modo de ser dos “sertanejos” brasileiros, vez por outra o historiador comete um dos “pecados” do ofício: o anacronismo.

Pecados menores, diga-se de passagem, são cometidos em toda a obra. As citações, abundantes, não são bem apresentadas, e as notas de rodapé nem sempre correspondem ao assunto tratado, sugerindo em alguns casos a paternidade das assertivas aos autores mencionados, quando decorrem do próprio escritor. O acúmulo de citações conduz, por outro lado, a notas de rodapé excessivas, por vezes desnecessárias, chegando mesmo a ocorrer repetições sucessivas de uma mesma nota de referência (ver notas 58 e 59, p. 327).

Quanto ao aspecto teórico, a opção por abordagem abrangente leva o autor a uma gama de leituras diferenciadas entre si, assimiladas sem qualquer discussão conceitual. Levine vale-se de estudos antropológicos, sociológicos, historiográficos, e até mesmo trabalhos de psicologia e psiquiatria, decorrentes de pesquisadores com formações teóricas específicas ou distintas, incorporando-os em seu trabalho apenas de modo cumulativo, sem considerar as eventuais especificidades teórico-metodológicas. O resultado inevitável é um conjunto nem sempre conexo de proposições e/ou interpretações algumas vezes discordantes entre si, cujo único fio condutor é o próprio texto elaborado.

Os dados provenientes de investigações realizados por Clifford Geertz a respeito dos espaços de comércio típicos do Levante, por exemplo, são sobrepostos à realidade em estudo: as feiras do sertão nordestino. A sobreposição não se limita às idéias aplicadas a partir de comparação. Há passagens em que Geertz é citado textualmente quando o assunto diz respeito diretamente aos sertanejos baianos, sem qualquer tipo de mediação conceitual, ficando a impressão de que o antropólogo fizesse a afirmativa tendo os caboclos baianos como foco de análise (p. 137). Nada impede, todavia, que outros referenciais de estudo, correspondentes à América do Norte, Europa e África sejam invocados, em circunstâncias distintas, segundo o mesmo procedimento.

Na sequência interminável de paralelismos e similaridades, aquela que nos parece mais significativa diz respeito ao caráter do catolicismo sertanejo. Apoiando-se em estudiosos da cultura e/ou religiosidade camponesa da Europa pré-industrial, entre os quais Peter Burke, Michael Mullett, e sobretudo o renomado medievista russo Aron Gurevich, em sua obra *Medieval popular culture*², Levine associa traços da mentalidade dos caboclos de Belo Monte com o sistema simbólico medieval. Deste modo, as formas de expressão da religiosidade sertaneja, segundo o autor marcadas pelo fatalismo, piedade

extrema, atos penitenciais e outros, reproduziria o padrão de comportamento da Idade Média.

A proposição, indubitavelmente tentadora, não se sustenta em argumentos convincentes, que exigiriam pelo menos explicações sobre os motivos plausíveis para as “permanências” ou “sobrevivências” medievais em âmbito de longa duração. Quando refere-se ao caráter supersticioso das práticas sertanejas, Marc Bloch é mencionado, sem qualquer referência precisa (como o título da obra em nota de rodapé), dando-nos a impressão de que as palavras do célebre medievista francês dissessem respeito aos caboclos nordestinos: “*Os sertanejos eram supersticiosos, acreditando piamente na eficácia das maldições. Havia verdadeiras epidemias de medo e flagelação, as idéias de inferno e danação causavam um terror generalizado -segundo Marc Bloch, tudo personificando um poderoso ‘acontecimento social’*” (p. 288). Que deduzir da passagem? Na melhor das hipóteses, Levine tenta nos fazer crer que as atitudes religiosas dos camponeses do século XIX reproduziriam as de seus congêneres (?) europeus oito ou nove séculos atrás. Nesta linha de raciocínio, vale dizer, subjaz a idéia de que aqueles traços integrassem um universo religioso “primário” e “simplificado” (p. 281).

As analogias, contudo, não param aí. As manifestações dos componentes da seita messiânica da Serra do Rodeador, no sertão pernambucano, são comparadas com as dos integrantes das Cruzadas da Crianças, ocorridas na França e no Império Germânico no século XIII (p. 309). Antônio Conselheiro, por sua vez, não deixa de ser assimilado aos pregadores populares medievais João Huss, São Bernardino de Siena e Savonarola (p. 321), para logo adiante suas vestimentas serem identificadas com as dos monges agostinianos de Cuba (p. 323)!

Tudo nos leva a crer ter o historiador norte-americano, crítico ferrenho da “visão do litoral” de Euclides da Cunha, Nina Rodrigues e seus epígonos, cometido os mesmos equívocos por ele denunciados. Se os representantes da “visão do litoral” observaram Canudos segundo premissas fundadas nos preconceitos do darwinismo social, do determinismo geográfico e racial, o autor parece também ser simpático à certa percepção evolucionista, mas desta vez de caráter cultural e mental. Segundo pensamos, as “permanências” medievais no mundo camponês nordestino, tomadas em seu sentido pejorativo, abrem possibilidades de interpretação do modo de ser e de pensar dos sertanejos verdadeiramente assustadoras.

Em busca de padrões de comportamento e de padrões de religiosidade aplicáveis a Belo Monte/Canudos, o historiador recorre a leituras oriundas da psicologia e da psiquiatria, recheando o texto com noções e/ou expressões tais quais “frustração”, “ilusão milenarista”, “experiência psicótica”, “regressão

psicológica”, entre outras. Nada o impede de sugerir que os adeptos do líder religioso fossem “deprimidos” e “pré-psicopatas”. Antônio Conselheiro, apontado como tendo “posicionamento social reacionário”(p. 326) e “fanatismo carismático”(p. 327), chega a ser classificado de “psicopata”. Aqui tudo nos lembra o ensaio de Nina Rodrigues, redigido por ocasião da destruição de Belo Monte, intitulado significativamente *A loucura epidêmica de Canudos*³.

A posição do investigador norte-americano no que respeita aos personagens que estuda, para dizer a verdade, não é muito alentadora. Sobre Antônio Conselheiro e o destino da comunidade, é taxativo: “*Se estivesse mais preocupado com os assuntos do cotidiano do que consumido pela dimensão espiritual, talvez pudesse ter encorajado seus fiéis a adotarem formas de resistência mais mundanas -burla, dissimulação, ignorância simulada, falsa cooperação, sabotagem, paralizações, mexericos maliciosos e assim por diante-, evitando confrontos simbólicos diretos com as normas das autoridades ou da elite*”(p. 336). Os “confrontos simbólicos” apontados foram os responsáveis diretos por quase um ano de conflito armado, cuja conclusão se deu com o massacre do arraial sertanejo. De certo modo, o massacre ainda não acabou!

JOSÉ RIVAIR MACEDO
Dep. História - UFRGS

NOTAS E REFERÊNCIAS

1. Marco Antônio VILLA. *Canudos: o povo da terra*. SP: Ed. Ática, 1995.
2. A obra em questão, publicada originalmente em russo no ano de 1972, foi traduzida para o inglês e o francês, sendo recentemente editada em português com o título: *As categorias da cultura medieval*. Lisboa: Ed. Caminho, 1990.
3. Raimundo Nina RODRIGUES. “A loucura epidêmica de Canudos”. In: *As coletividades anormais*. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 1939.